

**O PCB, o Sindicalismo e os Movimentos Sociais em Alagoas (1980 -1990)**

Rodrigo José da Costa\*

Uma das principais características do PCB alagoano nas décadas de 1950 e 1960 foi, sem sombra de dúvida, a sua atuação no movimento operário. Sua capacidade de mobilização e direção, na época, lhe permitiram exercer uma hegemonia entre os sindicatos de trabalhadores urbanos no estado, além do papel preponderante assumido na formação dos organismos sindicais rurais a partir de 1963. Com efeito, era o Partido a principal corrente de esquerda no Comando Geral dos Trabalhadores de Alagoas (MOURA, 2012; COSTA, 2013). Com o golpe, a interferência no movimento sindical por parte do governo militar interrompeu a experiência vivenciada na primeira metade da década de 1960, seja com a prisão dos seus principais líderes – alguns dos quais tiveram que sair do estado posteriormente – e, no caso específico dos sindicatos de trabalhadores rurais, com a intervenção direta na montagem das suas direções.

Quando o PCB alagoano se reestruturou no início dos anos 1980 se, por um lado conseguiu ao longo da década se inserir, paulatinamente, na esfera política, galgando espaços de atuação, sobretudo depois de conseguido o registro legal em 1985, o inverso ocorreu com a sua presença nos movimentos sociais de uma forma geral e, no sindical de maneira específica. Isso pode ser verificado na própria documentação produzida, onde as menções ao trabalho sindical são sempre feitas no tocante ao planejamento para, em seguida virem os balanços, quase sempre negativos, acerca do trabalho realizado. Resgatar a atuação sindical do PCB alagoano na década de 1980 requereu captar as pequenas pistas deixadas nos documentos produzidos, além de recorrer indiretamente às publicações dos sindicatos com os quais o Partido manteve estreitas relações. Essa dificuldade de reconstituição, por si só, já oferece um indicativo dos problemas enfrentados na condução de uma esfera estratégica como era a sindical para uma agremiação como o PCB, que pensava a si próprio como a representação por excelência da classe operária.

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Nas linhas que seguem é meu objetivo analisar a relação do PCB com o sindicalismo e os movimentos sociais em Alagoas durante a década de 1980. A atenção recairá inicialmente na configuração do movimento sindical brasileiro na transição da década de 1970 para a seguinte, compreendendo o processo de criação das centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores de um lado e, de outro da Central Geral dos Trabalhadores. Depois, uma análise das dificuldades enfrentadas pelo PCB alagoano nas suas tentativas de inserção no movimento gremial no estado. Concluímos apresentado o difícil processo de rompimento dos pecebistas com a CGT e a sua adesão a CUT.

### *O PCB, O “NOVO SINDICALISMO” E A CUT*

Depois do “milagre” do início da década, o modelo econômico da ditadura entrou numa crise evidente no final dos anos 1970, e as dissidências cresciam no interior do próprio bloco de poder. Os militares iniciaram então uma transição lenta e gradual para a volta dos civis ao poder. A intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma limitada das medidas “liberalizantes”, como o fim do AI-5, em 1978, a anistia política, em 1979, e a reorganização partidária. Esse projeto transição pelo enfrentaria, entretanto, uma vigorosa tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, através dos movimentos sociais.

De acordo com Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana, entre as décadas de 1970 e 1980, o movimento operário e sindical no país, viveu um momento de extrema importância para sua história: “Após o duro impacto do golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco espaço de ação, o sindicalismo de corte classista voltava a cena, cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora”(ANTUNES e SANTANA, 2014, p.128).

Ainda de acordo com os autores, o momento de ressurgimento do sindicalismo nacional foi caracterizado, em uma de suas dimensões, pela concorrência de projetos políticos e sindicais entre setores da esquerda. Fruto dessa nova conjuntura, o “novo sindicalismo” era produto da confluência de variadas posições que se enfrentavam:

Ele propugnava uma ruptura com o passado, que teria sido de “colaboração de classe”, “reformista”, “conciliador”, “cupululista” etc. Direcionando muitas de suas críticas à estrutura sindical, o “novo sindicalismo” propunha “romper” com ela, articulando-se por vias

alternativas. Caminhando nessa direção, organizou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que a um só tempo, era fruto e motor do “novo sindicalismo” (Idem).

Com o fim do ciclo grevista de 1978-80, começou-se a delinear um encontro nacional de entidades representantes dos trabalhadores. A comissão nacional encarregada de conduzir os preparativos para a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras reuniu-se maio de 1981 pela primeira vez após ser eleita, em março daquele ano. Com a participação de entidades sindicais de 16 estados, a reunião foi realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e deliberou sobre a pauta, os critérios de proporcionalidade e o texto convocatório para participação na Conclat, marcada para os dias 21, 22 e 23 de agosto<sup>1</sup>.

Nessa oportunidade, permaneceram os temas apresentados no anteprojeto da Conclat, formulado pela *Unidade Sindical*, agrupados nos seguintes pontos: Direito ao Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Econômica, Política Agrária e Problemas Nacionais. Sua discussão deveria orientar as reuniões preparatórias das diversas categorias de trabalhadores urbanos e rurais de todo o país, a partir dos quais seriam indicados os delegados<sup>2</sup>.

Ao longo dos meses que precederam o evento, os pecebistas intensificaram os debates sobre rumos a serem tomados pelo movimento sindical brasileiro. A tônica da *unidade* era frequentemente evocada nos longos artigos veiculados no jornal do PCB. É através de outro artigo assinado por David Capistrano Filho que podemos visualizar as expectativas que os comunistas traziam para a Conferência; segundo o articulista, “muitos sindicalistas acham que discutir política e economia não são tarefas da Conferência, mas dos partidos. E para os comunistas, isso seria amesquinhar esse encontro”<sup>3</sup>. Uma semana antes da realização do evento, uma outra matéria traz em seu título qual a convicção dos pecebistas sobre a Conclat: “Conclat deve unir e mobilizar trabalhadores contra o regime”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> “Conclat, em defesa do emprego e da democracia” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 57, 22/05/1981 a 28/05/1981, p. 11.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> CAPISTRANO FILHO, David. “Conclat: sucesso, só com um debate amplo” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 62, 26/06/1981 a 02/07/1981, p. 12.

<sup>4</sup> “Conclat deve unir e mobilizar trabalhadores contra o regime” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 69, 14/08/1981 a 21/08/1981, p. 8-9.

Concluído o evento, na semana posterior, um artigo no periódico comunista caracterizou a Conferência da seguinte maneira:

Foram três dias de agitadas discussões, onde o plenário – apesar de tenso e agressivo – impôs a vontade da maioria dos delegados: a unidade e a independência do movimento sindical. A diversidade de opiniões não impediu, ao final, a formação de uma coordenação política nacional para constituição da CUT, representando sindicatos urbanos e rurais, reunindo as lideranças mais expressivas de todos os estados do país<sup>5</sup>.

Das principais resoluções definidas pelos 5200 delegados presentes à I Conclat – representando 1126 entidades de todos os estados do Brasil – a formação de uma Comissão Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) foi a principal deliberação. Entre as atribuições da Comissão, a qual contava com 54 membros, dos quais 23 da área rural, estava a preparação e convocação de um novo congresso para agosto de 1982. A Conferência contara ainda com o apoio e solidariedade de diversos sindicalistas internacionais, de representantes de entidades democráticas como José Gregori da Comissão de Justiça e Paz, Ricardo de Carvalho da Associação Brasileira de Imprensa, Aldo Rebello da União Nacional dos Estudantes e os deputados Ulisses Guimarães, Antonio Resk, Alberto Goldman, Audálio Dantas e Roberto Freire, todos do PMDB<sup>6</sup>.

Além da criação da Comissão Pró-CUT, foi estabelecido que no dia 1º de outubro ocorreria um dia nacional de lutas, o qual consistiria em vários movimentos no país, conforme o grau de mobilização e conscientização de cada região, que seriam simultâneos à entrega das resoluções dos trabalhadores ao governo, tendo este último um prazo para responder às reivindicações até o dia 15 de novembro.

Em Maceió, o Dia Nacional de Luta foi marcado pela realização de um ato público em frente à Assembleia Legislativa e contou com cerca de 500 pessoas. A intervenção mais contundente foi a do representante da União das Nações Indígenas, Hibes Menino de Freitas. Ele garantiu que não deixaria nunca de participar deste dia Nacional de Luta porque “não sou só um trabalhador, mas também sou um índio que ao lado de meus

---

<sup>5</sup> “Entre vaias e aplausos, nas discussões prevaleceu a unidade” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 71, 28/08/1981 a 03/09/1981, p. 8-9.

<sup>6</sup> “Conclat: venceu a política de unidade” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 71, 28/08/1981 a 03/09/1981, p. 6.

companheiros vive massacrado e oprimido por esse governo. Para o governo seria interessante que o índio continuasse numa tanga para poder ser cada vez mais trucidado dentro das selvas. Não queremos ser tratados como bichos, queremos ser tratados como gente”<sup>7</sup>.

O cientista político brasileiro Leôncio Martins Rodrigues aponta que apesar de todas as divergências, conflitos, desconfianças e recíprocas hostilidades, foi possível na Primeira Conclat chegar-se a um acordo no sentido de se eleger uma Comissão Nacional Pró-CUT através de uma chapa única formada por 56 sindicalistas rurais e urbanos de todas as tendências. Essa coordenação deveria preparar, para o ano seguinte, 1982, um novo congresso para a formação de uma central única de trabalhadores (RODRIGUES, 1991, p. 32).

Apesar da eleição da comissão pró-CUT, os conflitos no interior da comissão não possibilitaram a realização do congresso em 1982 e acabaram por precipitar a cisão no interior da Conclat e do sindicalismo brasileiro. A ala mais à esquerda, formada pelo chamado bloco combativo, estava em minoria no interior da Comissão Nacional. Apesar de pressionar em favor da realização do próximo congresso, não conseguiu êxito. Os sindicalistas da Unidade Sindical, denominado também Bloco da Reforma, alegavam que não havia condições para a preparação, no ano seguinte, de um grande congresso nacional. Além disso, argumentavam que 1982, ano de importantes eleições, não seria propício para a realização do Conclat.

Ainda de acordo com Rodrigues, outras divergências que transpareciam na questão da unicidade, da contribuição sindical, do papel das federações e confederações na futura CUT, da greve geral, etc. espelhavam, na realidade, diferentes concepções políticas e doutrinárias relativas ao papel do sindicalismo na sociedade brasileira (Ibidem, p. 33). No caso específico da central a ser criada, as facções mais à esquerda eram favoráveis a uma entidade mais ampla, de modo a dar espaço às “oposições sindicais e a reduzir o papel das federações e confederações. A proposta de realização de uma greve geral, com um ultimato ao governo, caso as reivindicações apresentadas pela Conclat não fossem aceitas, constituiu outro ponto de discórdia. Na impossibilidade de um

---

<sup>7</sup> “Em 1º de outubro o sindicalismo brasileiro mostrou que está recuperando sua força” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 77, 09/10/1981 a 16/10/1981, p. 8.

consenso, o bloco mais à esquerda decidiu convocar por sua conta, para 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que recebeu também o nome de Conclat.

O congresso acabou por só acontecer em novembro de 1983, novamente em Praia Grande, interior de São Paulo. Para o PCB, seria um novo momento de organização e unificação do movimento sindical. A eleição de uma coordenação nacional de confederações, federações e sindicatos que desse vazão ao anseio de mudança, contra a crise, a recessão e pela democracia, e que tomasse conta do mundo do trabalho brasileiro<sup>8</sup>.

Nos detendo por um momento neste evento, é importante apontar uma particularidade apontada por Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes a respeito desse encontro. Os autores assinalam que em 1983, o clima de tensão e divisão entre os “combativos” e a Unidade Sindical já parecia sem retorno (SANTANA e ANTUNES, 2007, p. 392). Para além de outras divergências, a grande questão se estabelecia a partir do fato de que os “combativos”, que já desde 1982 se articulavam com setores do movimento social e popular na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), insistiam na ampliação dos espaços de participação das oposições sindicais; já a Unidade Sindical, ancorada na estrutura sindical vigente, não aceitava tal ampliação, insistindo em manter um caráter mais *cupulista*, em que só dirigentes sindicais deveriam participar.

De acordo com os autores, dispostos a sustentar o que fora definido anteriormente, os setores ligados a ANAMPOS resolveram manter as datas de 26, 27 e 28 de agosto de 1983 para a realização do encontro. Sem a participação dos setores vinculados à Unidade Sindical, o encontro foi realizado em São Bernardo do Campo (SP), ocasião na qual foi fundada a Central Única dos Trabalhadores. Diante da efetivação da ruptura, convocada pela ANAMPOS, a Unidade Sindical resolveu organizar outro congresso para novembro, ou seja, a Conclat acima mencionada, seguindo proposta do PCB, não criou uma central sindical, mas uma coordenação sindical, que, entretanto, ratificou a divisão orgânica do movimento sindical brasileiro (Ibidem, p.393). Para Santana e Antunes, essa divisão consolidava a separação anterior. Dessa forma, as tensões existentes entre as análises e avaliações sindicais dos comunistas do PCB e aquelas ligadas ao sindicalismo

---

<sup>8</sup> “Conclat discutirá alternativa para saída da crise” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 177, 03/11/1983 a 09/11/1983, p. 1.

“combativo” e ao PT acabaram atingindo rapidamente o ponto de maior intensidade. Os grupos representados no interior do sindicalismo “autêntico” e no PT seriam adversários de envergadura e disposição que o PCB jamais havia enfrentado (Ibidem, p. 394).

A década de 1980 iria assistir ao intenso fortalecimento da CUT. Com o “novo sindicalismo” avançando rapidamente, os pecebistas, ainda que continuassem com certo apelo à unidade, indicavam claramente que os caminhos dos setores envolvidos no movimento sindical seriam diferentes.

### *O PCB ALAGOANO E O DESAFIO DA INSERÇÃO SINDICAL*

Enquanto a Direção Nacional do PCB se via as voltas com os rumos que o sindicalismo brasileiro tomava, a opção pela “combatividade” ou pela *unidade*, a adesão ou não a CUT, em Alagoas, os obstáculos eram outros. Em um cenário no qual o Partido buscava reconstituir um espaço de atuação público, o trabalho junto aos sindicatos e a outros movimentos sociais seria por definição o principal norte da militância pecebista. Todavia, a realidade do início dos anos 1980 apresentava uma configuração bastante diferente em relação àquela da segunda metade dos anos 1950 até 1964, época na qual o PCB desempenhara um papel hegemônico no movimento dos trabalhadores alagoanos.

Rememorando a sua atuação como militante pecebista, Cícero Péricles afirma que a grande dificuldade enfrentada pelo Partido no trabalho sindical residia na drástica transformação dos ramos da atividade econômica: das fabricas têxteis, algumas tinham encerrado a sua produção enquanto que as restantes caminhavam para destino análogo; no porto de Maceió, o processo de mecanização levou a uma diminuição do número de trabalhadores além da extinção de categorias de trabalho contíguas<sup>9</sup>.

Geraldo Majella, por sua vez, aponta que não havia um núcleo muito expressivo de sindicatos com uma perspectiva combativa, senão algumas diretorias com este perfil, ao mesmo tempo envolvidas com a discussão da criação de uma nova central sindical e da rearticulação do movimento sindical<sup>10</sup>. Ainda de acordo com ele, havia várias questões a serem pensadas naquele momento, tais como a estreita vinculação do movimento sindical ao ministério do trabalho:

---

<sup>9</sup> Entrevista de Cícero Péricles de Oliveira Carvalho, concedida ao autor em 04/09/2015.

<sup>10</sup> Entrevista de Geraldo de Majella Fidélis de Moura Marques, concedida ao autor em 05/09/2015.

(...) nos estados, a Delegacia Regional do Trabalho (...) então, o Delegado Regional do Trabalho, ele tinha um peso muito grande, sobretudo no sentido da punição aos dirigentes sindicais que eles identificavam como de esquerda, comunista ou subversivo, que nome tivesse, ou que fizesse algum tipo de oposição mais veemente ao governo ou a política econômica do governo...<sup>11</sup>

Desta maneira, neste tópico procuraremos reconstituir a relação do PCB com o movimento dos trabalhadores alagoanos buscando as matérias publicadas na *Voz da Unidade*. Essa abordagem indireta resulta do fato de que há uma lacuna nos documentos do PCB alagoano a respeito da inserção da agremiação no movimento operário de forma específica, bem como com os movimentos sociais de uma maneira geral. Sempre que possível faremos a analogia do material colhido na *Voz* com as publicações sindicais locais.

Em junho de 1981, enquanto a expectativa pela realização da primeira Conclat dominava o debate dos comunistas no país, houve a eleição para a direção do Sindicato dos Jornalistas em Alagoas. A Chapa vencedora, era encabeçada por Dênis Agra<sup>12</sup>, a qual substituiria a diretoria presidida até então por Freitas Neto. Após o resultado, Freitas afirmou “os jornalistas alagoanos preferiram continuar unidos em seu sindicato com os que não fogem da luta”<sup>13</sup>. O Sindicato dos Jornalistas foi um dos poucos a entrar na luta aberta pela anistia para os presos políticos e contra a ditadura militar. Durante a gestão de Freitas Neto foi deflagrada a primeira greve dos jornalistas de Alagoas. A greve de 1979 conseguiu paralisar todas as redações e colocou os patrões na mesa de negociação.

Através de algumas edições do seu jornal *Voz dos Jornalistas*, podemos vislumbrar um pouco da sua linha de atuação. Fazendo uma defesa intransigente da liberdade de imprensa ao mesmo tempo em que criticava a Lei de Segurança Nacional, o Sindicato dos Jornalistas, através do seu periódico, formou uma trincheira significativa na primeira metade dos anos 1980 em Alagoas. Outras matérias consistiam na denúncia das condições de vida dos trabalhadores alagoanos, da grave crise econômica vivida pelo país e, principalmente, da ação de grupos de extermínio paramilitares no estado.

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Dênis Agra ver MAJELLA, Geraldo de. *Um jornalista em defesa da liberdade*. Recife: Bagaço, 2014.

<sup>13</sup> “Jornalistas alagoanos” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 62, 26/06/1981 a 02/07/1981, p. 10.

Em 1984, novamente a chapa apoiada pela direção venceu as eleições. Segundo a *Voz da Unidade*:

Os jornalistas comemoraram a grande vitória do sindicalismo democrático alagoano no dia 28 passado, quando foram realizadas eleições para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas. Venceu Chapa 1 – Mobilização, com 165 votos, contra apenas 83 votos da Chapa 2 – Renovação-Já, apoiada pelos patrões, com nítido empenho divisionista.

Enquanto a chapa vitoriosa fez toda a sua campanha baseada em propostas de luta por melhores salários, eleições diretas para presidente, fortalecimento da categoria através de um sindicato livre e forte, a chapa apoiada pelo patronato defendeu propostas assistencialistas e centralizou sua campanha em calúnias e difamações contra os candidatos da Chapa 1<sup>14</sup>.

Em sua direção, o Sindicato dos Jornalistas não tinha uma predominância de membro do PCB, porém, foi um dos principais de canais de expressão pública do Partido, antes desse conseguir a sua legalização em 1985, além do que, alguns dos membros eleitos para a Direção Sindical viriam, posteriormente, engrossar as fileiras do PCB como por exemplo, Freitas Neto em 1986 e Régis Cavalcante em 1989.

Ainda em julho de 1984, o periódico pecebista veiculou uma matéria sobre a eleição de outras duas categorias profissionais, a saber, a dos bancários e dos metalúrgicos. Apontadas como “vitórias expressivas do movimento sindical alagoano”:

Na eleição para o Sindicato dos Bancários – há vinte anos nas mãos dos agentes dos patrões – a oposição conseguiu 652 votos, contra os 287 sufrágios da chapa situacionista. O bancário Claudionor Araújo, do Banco do Brasil, foi o novo presidente da entidade.

No sindicato dos Metalúrgicos – há mais de 15 anos dominado pelo peleguismo, o resultado também não foi menos expressivo: dos 615 associados votantes, 350 sufragaram a Chapa 2, elegend o metalúrgico José Jobson presidente da entidade<sup>15</sup>.

De acordo com o articulista, as expressivas vitórias foram possíveis graças a uma política de alianças entre diversos segmentos democráticos, contra os interesses patronais incrustados nesses dois sindicatos, garantindo, também, a reeleição de Dênis Agra do

---

<sup>14</sup> “Mobilização no sindicato” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 208, 07/07/1984 a 13/07/1984, p. 13.

<sup>15</sup> “Eleições/AL - Expressivas vitórias do sindicalismo democrático” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 210, 21/07/1984 a 27/07/1984, p. 15.

Sindicato dos Jornalistas, assegurando e continuidade de uma prática sindical combativa e independente nesta unidade.

A partir disso, nos é possível perceber que todas as correntes do movimento sindical apontadas como “democráticas” nas matérias publicadas na *Voz* se remetem, na verdade, as correntes apoiadas pelos pecebistas alagoanos. “Pelegos” ou “divisionistas” ainda que não nomeados com todas as letras, ocupam o lugar do “outro”, do diferente.

Quando a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Alagoas foi empossada em 31 de agosto de 1984, Claudionor Araújo, o novo presidente eleito, ratificou a disposição de luta da nova diretoria, dando como exemplo o engajamento na luta salarial da categoria, que, em Alagoas, representava mais de 8 mil trabalhadores. O presidente asseverou ainda sua “decepção com a intransigência patronal ao não apresentar nenhuma contraproposta concreta em evidente tentativa de desunir a categoria e desmobilizar sua luta salarial nacional”, afirmando, por fim, que “a categoria dos bancários continua disposta ao diálogo, embora o estágio atual das negociações indique ser o dissídio o único caminho restante”<sup>16</sup>.

É sobretudo através dos boletins chamados *Oposição Bancária* que podemos vislumbrar alguns elementos acerca da presença do Sindicato dos Bancários no cenário político alagoano da primeira metade da década de 1980. Concebido como material de campanha da chapa de oposição encabeçada por Araújo, nas páginas do *Oposição Bancária* predominam questões de cunho econômico e trabalhista, sem, no entanto, deixar de estar presentes as pautas políticas e a palavra-de-ordem “Diretas-Já!”.

A primeira menção em um documento do PCB alagoano, do que deveria ser executado no movimento sindical só aparece em uma proposta de discussão de meados de 1985, depois de obtida legalização. Apontado como

Palco privilegiado de atuação dos comunistas, o Movimento Sindical em Alagoas sofre o seu atraso crônico, reflexo do atraso social e político em que vivem as massas alagoanas. Além de seus aspectos estruturais, temos também o fato da divisão no Movimento Sindical, onde as duas correntes sindicais nacionais – CONCLAT e CUT – serviram como

---

<sup>16</sup> “Maceió – Bancários com nova diretoria” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 217, 08/09/1984 a 14/09/1984, p. 10.

pontos de apoio para uma divisão no M. Sindical já em dificuldades pela excessiva partidarização política em suas atividades normais<sup>17</sup>.

Das outras adversidades aludidas, a inexistência de uma classe operária numerosa, “a falta (pouca) de tradição no M. Sindical de lutas econômicas e políticas, o forte controle político por parte do Governo e do patronato tanto no Movimento Sindical Rural quanto urbano e a fragilidade das forças progressistas resultam no incipiente M. Sindical de Alagoas”. Diante desse panorama, a participação pecebista deveria levar em conta esses fatores. Lutando pela Unidade Sindical, deveriam levar todas as suas forças internas organizadas para dentro e junto das organizações de trabalhadores. A intervenção deveria ser dada de forma constante e organizada, buscando superar as limitações orgânicas e a pouca influência no movimento dos trabalhadores.

Se as perspectivas no âmbito sindical não eram animadoras, o documento previa alternativas, dentre elas, a busca de inserção no movimento comunitário, feminino e juvenil. Sobre o primeiro, os comunistas, pioneiros na organização do movimento popular urbano, deveriam dedicar uma atenção especial ao desenvolvimento das associações de bairros e favelas, à defesa dos seus interesses específicos, procurando encaminhá-los cada vez mais para as lutas pelas liberdades democráticas, à base de uma política ampla e unitária.

Destrinchando a evolução da questão urbana no estado, foi com o processo de urbanização acelerado ocorrido na década de 1970 e a correspondente degradação do meio urbano que os habitantes da cidade iniciaram sua resposta através do Movimento Comunitário “que seria a reação natural de uma sociedade sem canais de representação política, já que seus partidos, sindicatos e entidades de cunho democrático estavam ou proibidos ou funcionavam sem vinculação com a realidade diária”<sup>18</sup>. Assim, o Movimento de Bairros havia crescido e se afirmado como um dos mais importantes fatos políticos das últimas décadas.

Em Alagoas os interesses de grupos e a perspectiva eleitoral havia facilitado a divisão deste Movimento. Três entidades gerais – UNICOM, FAMAL e FAMA –

---

<sup>17</sup> “Teses – rascunhos” In *Comunicações Internas*. Banco de dados Memórias Reveladas - BDMMR, Arquivo Público de Alagoas - APA, Coleção Geraldo de Majella Marques - CGMM, Série Partidos Políticos, Subsérie Partido Comunista Brasileiro - PCB.

<sup>18</sup> *Idem*.

assumiam o papel de federação representativa dos moradores de Alagoas, no entanto “nenhuma das três entidades tem representatividade ou condições de servir de porta-voz dos milhares de moradores dos bairros da capital ou das cidades do Interior”. A proposta dos comunistas residia na unificação do Movimento Comunitário em torno de um programa comum a ser tirado e discutido em um Congresso Unificado e amplamente convocado. O fortalecimento de uma federação dependia das associações de bairros e favelas, onde deveriam centralizar os trabalhos.

Sobre o movimento feminino, era fundamental combater a instrumentalização, e a partidarização das organizações femininas, as novas formas de manipulação da mulher e os preconceitos que ainda cercavam o movimento feminista e a sua centralidade na luta das mulheres e da sociedade pela sua emancipação. Segundo o documento, a participação das mulheres na política alagoana demonstrava o avanço por que ia passando a sociedade. Em Alagoas a participação feminina ainda era pequena, restringindo-se a uma pequena minoria, grosso modo de classe média, ainda sem uma proposta clara para a problemática feminina no estado:

A existência de uma entidade de mulheres em Maceió não ensejou a participação massiva dentro dela. A atividade desta entidade está mais ligada aos interesses partidários imediatos de um agrupamento político que a uma política mais ampla que envolva a parte constitutiva da metade dos alagoanos – as mulheres<sup>19</sup>.

O encaminhamento dos pecebistas alagoanos em relação ao Movimento Feminino correspondia ao reconhecimento da especificidade da problemática feminina, com agravante deste Movimento acontecer em uma região culturalmente atrasada e economicamente dependente. Seu trabalho deveria estar voltado prioritariamente para as mulheres trabalhadoras onde as militantes deveriam realizar um trabalho específico junto aquelas que já participavam nas entidades da sociedade civil.

Por fim, no setor juvenil os comunistas entendiam que a conquista da juventude para o campo das forças democráticas seria tanto mais facilitada quanto estas assumissem a defesa dos direitos elementares da juventude: direito à moradia, direito ao lazer, aos esportes e à recreação, direito de livre acesso à cultura, direito à assistência médico-

---

<sup>19</sup> Idem.

hospitalar e à alimentação. Uma atenção especial deve ser dedicada à juventude operária e popular, nos locais de trabalho e morada, nos sindicatos e organizações de bairro, favelas e empresas. Os comunistas tinham que se empenhar para que a juventude operária se organizasse e se transformasse na principal força do movimento juvenil.

De acordo com o documento a crise pela qual passava o Movimento Estudantil naquele momento decorria da absoluta falta de sintonia entre o discurso e a prática daqueles que faziam política estudantil e de jovens, existindo um distanciamento entre as lideranças e a massa um fosso provocado pela incompreensão das reais necessidades dos jovens e estudantes. Assim, a não vinculação do trabalho político junto aos setores mais amplos, o desconhecimento da problemática juvenil, fazia das entidades estudantis meros biombos de reprodução da prática das organizações políticas que lá atuavam.

Na ótica pecebista, a resolução para esse fosso radicava-se no fortalecimento das entidades existentes, principalmente os Centro Acadêmicos e Grêmios Secundaristas, realizando uma política que motivasse a participação geral dos estudantes através de iniciativas culturais e recreativas, ligando-as com a problemática geral da vida brasileira.

A despeito dessa deliberação, não encontramos informações sobre a aplicação dessas teses nem tampouco de qualquer resultado prático de um trabalho efetivo realizado. Porém, uma declaração de Yuri Miranda sobre o trabalho com os movimentos sociais em Alagoas é bastante ilustrativa dos obstáculos enfrentados naquela quadra:

*Acho que a gente não tinha muito essa pretensão (sobre voltar a ser uma corrente hegemônica no movimento sindical alagoano), talvez a gente achava que as forças estavam se organizando de outra forma no movimento, vamos dizer de servidores, em outras áreas (...) então, eu acho que não se tinha essa pretensão no primeiro momento. Claro que a gente teve muitas tentativas, porta de fábrica, contatos nossos, comícios, normalmente eram lá nas eleições, era na Socôco, em Fernão Velho. (O)saudosismo nosso era total. Era distrito de Saúde que praticamente não existia mais, um povoado, nem dormitório era, deixou de existir. O Freitas (Neto) lutou pra pessoal ser indenizado por tudo, em Fernão Velho, a gente sempre ia distribuir os panfletos das campanhas, então eram os mesmos bairros mortos: Rio Largo, Fernão Velho; então nós sempre tivemos a ilusão de tentar voltar a se inserir nesse processo, por capitanear pessoas que de alguma maneira antigamente já ouviram falar das lutas que foram promissoras, mas foi um grande engano. Eu acho que o Freitas perdeu a reeleição porque ele apostou muito no popular, no bairro, assim de uma forma achando que aquele trabalho do bairro dele ia manter, dar consistência aos (votos*

políticos) e não fez. (Na) nossa visão teria que ser a classe esclarecida, a classe média, a classe consciência, a classe que forma opinião é que importava na gente, apesar da gente ter isso como teoria. Às vezes, a gente descambava pra esse campo<sup>20</sup>.

Na recém-inaugurada Nova República, as informações sobre a luta dos trabalhadores alagoanos chegaram até nós pela divulgação em matérias da *Voz da Unidade*. Em muitas oportunidades, são matérias de denúncia como por exemplo a declaração do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Alagoas, José Jobson, sobre as vítimas de graves acidentes no trabalho<sup>21</sup> e da situação vivenciada nas áreas rurais, como o ocorrido em União dos Palmares, onde um pároco local, o representante do Inkra e um dirigente sindical foram ameaçados de morte<sup>22</sup>.

Em julho de 1986, durante dois dias, 28 e 29 de julho, o sistema de transporte coletivo da capital alagoana esteve completamente paralisado, em decorrência da greve de motoristas, fiscais e cobradores. Intensamente reprimidos pela Polícia Militar, mais de 50 trabalhadores foram presos e um deles ferido. Segundo matéria veiculada na *Voz*, mesmo com a violência polícia e “a completa adesão do superintendente municipal dos Transportes aos interesses dos empresários, o movimento conseguiu alcançar expressiva vitória parcial, levando os patrões à sua primeira derrota em vinte anos”<sup>23</sup>.

Segundo o jornal, as conquistas alcançadas – 5% a título de antecipação, pagamento dos dias parados, estabilidade provisória e nenhuma punição aos grevistas – significou uma importante vitória da categoria. A greve, descrita como pacífica, organizada e unitária, contou o apoio de alguns parlamentares e candidatos da Frente Popular, dentre eles, Freitas Neto, vereador do PCB, Kátia Born e Fernando Costa, vereadores do PSB e Ronaldo Lessa, candidato a governador pela coligação.

Concluindo a matéria, o articulista assinala que a atitude firme dos parlamentares obrigou o prefeito Djalma Falcão “a sair de sua posição inerte e intervir junto ao governador para impedir a ação policial, além de convocar os trabalhadores e patrões a

---

<sup>20</sup> Entrevista de Yuri Patrice Rocha de Miranda, concedida ao autor em 15/04/2016.

<sup>21</sup> “Três mil acidentes de trabalho graves por ano em Alagoas” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 302, 13/06/1986 a 19/06/1986, p. 6.

<sup>22</sup> “União dos Palmares: violência, medo e luta pela reforma agrária” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 304, 27/06/1986 a 03/07/1986, p. 6.

<sup>23</sup> “Greve para Maceió por dois dias” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 310, 08/08/1986 a 14/08/1986, p. 9.

negociar. Além da combatividade da categoria, deve ser registrada a ação solidária dos militantes do PCB, PSB e PT ao movimento paredista. Desde o início da greve, militantes e lideranças sindicais do PCB atuaram intensamente”.

Em um extenso artigo de outubro de 1986, o destaque foi dado para a campanha salarial dos trabalhadores rurais das áreas canavieiras. Enfatizando que a qualquer momento os trabalhadores rurais, dos 56 municípios produtores de cana-de-açúcar poderiam entrar em greve geral por tempo indeterminado – caso os usineiros e plantadores de cana continuassem firmes no propósito de não atenderem as reivindicações de melhorias salariais pleiteadas pelos camponeses. A afirmação foi feita pelo Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado – Fetag-AL, Luiz Ormino dos santos, oportunidade na qual acrescentou que, pela primeira vez se realizava uma pauta de reivindicação unificada para beneficiar os trabalhadores das zonas canavieiras dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas<sup>24</sup>.

Segundo Ormino, os líderes dos sindicatos rurais de Alagoas, que reuniam mais de 400 mil camponeses decidiram negociar até o dia oito de outubro último um piso salarial de 1.200 cruzados, mensalmente; reajuste automático dos salários sempre que o índice do custo de vida atingisse cinco por cento, o cumprimento do decreto-lei 57.020, que dava direito ao trabalhador ter uma pequena área nas fazendas para cultivo de culturas de subsistência e criação de animais domésticos; pagamento pela limpeza, corte e lavagem da cana; além de outros que se resumem em melhorias salariais. Segundo ele

- Hoje, um trabalhador rural ganha, nestes municípios, que mantém a monocultura da cana, o salário de Cz\$ 813,93 centavos e além dos baixos salários há muita gente desrespeitando a legislação trabalhista. Por isso, nenhuma vantagem expressa através da CLT vem sendo paga ao camponês<sup>25</sup>.

Acrescentou também, que uma minuta de reivindicação dos trabalhadores seria encaminhada pela DRT aos patrões. O líder dos camponeses alagoanos ponderou ainda que “não nos interessa a greve. Agora, os patrões é que dirão qual o caminho que deveremos tomar para ter as nossas reivindicações atendidas”.

---

<sup>24</sup> “Canavieiros de Alagoas pleiteiam Cz\$ 1200 e usineiros reagem” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 317, 03/10/1986 a 09/10/1986, p. 9.

<sup>25</sup> *Idem*.

A matéria traz algumas declarações de membros dos órgãos patronais, como por exemplo, o presidente da Federação dos Agricultores de Alagoas, empresário João Carlos de Albuquerque, o qual asseverou não discutir o assunto: “Por enquanto não conhecemos, oficialmente, nenhum movimento reivindicatório e como o preço de tudo está congelado vamos aguardar o desenrolar dos acontecimentos para depois tomarmos um posicionamento sobre a matéria”. O presidente da Asplana, empresário João Eudes Leite Soares, afirmou que plantadores estavam pagando aos seus empregados o piso salarial de 813 cruzados, “salário esse que já foi reajustado quando da implantação do Plano Cruzado. Um reajuste para 1.220 cruzados representaria um acréscimo na ordem de 50 por cento nas folhas de pagamentos, e isso, portanto, está fora de cogitação”. Ao mesmo tempo em que considerou a “reinvindicação absurda” o presidente da Asplana afirmou que poucos trabalhadores do campo percebem os 813 cruzados: “A grande maioria trabalha por produção e percebem diariamente de 33 a 35 cruzados, o que significa um salário bem maior que o piso atual”.

A matéria concluiu apontando que de acordo com os dados fornecidos pelo setor de estatística da Asplana, Alagoas contava com sete mil plantadores de cana-de-açúcar e pelo menos 70 por cento dos fornecedores tinha produção inferior a mil toneladas por safra. Na última safra, o estado havia batido o recorde de produção de açúcar para exportação e de álcool combustível – o estado era o segundo produtor nacional de álcool naquele momento – com os 56 municípios produzindo 25 milhões de toneladas de cana.

Ainda assim os patrões deixavam de cumprir suas obrigações para com os trabalhadores.

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, José Fernandes dos Santos, informara que os trabalhadores da Usina Terra Nova, localizada no município do Pilar fizeram uma paralisação de dois dias porque os usineiros não estavam depositando as contribuições do PIS. “Os 600 trabalhadores voltaram a trabalhar no último dia 27, quando os patrões pagaram, em mãos, o PIS e se comprometeram a resolver a situação junto à Caixa Econômica Federal de Alagoas”<sup>26</sup>.

Em 12 dezembro de 1986, uma greve geral nacional organizada pela CGT e pela CUT paralisou, com formas e localização diferenciadas, cerca de 15 milhões de

---

<sup>26</sup> Idem.

trabalhadores em 22 dos 23 estados do país. Em Alagoas, participaram, além da CUT e CGT, o PCB, PSB, PT e PCdoB. Houve uma adesão em massa dos funcionários públicos e da saúde além dos químicos e trabalhadores em transportes. Segundo a *Voz da Unidade*, houve em geral, adesão de todas as categorias, com o apoio total da população<sup>27</sup>. Ainda segundo a matéria:

A violenta repressão foi comandada pelo governador e pelo secretário de Segurança, que utilizaram até o carro de bombeiros de Maceió no “serviço”. O comércio na capital alagoana fechou totalmente.

Em Alagoas, o movimento não teve êxito, apesar da grande movimentação registrada no centro de Maceió, caracterizada pela violência policial. No ato político realizado na capital alagoana, o jornalista e líder do PCB na Câmara Municipal local, Freitas Neto, destacou a importância da unidade do movimento, acrescentando que “a população está revoltada, e quer que Sarney recue nas medidas econômicas, buscando solução com congelamento real dos preços e moratória para a dívida externa”<sup>28</sup>.

Em fevereiro de 1987, os vigilantes de Maceió também urdiram um movimento paredista descrito pelo jornal pecebista como vitorioso. Mesmo diante da violenta intervenção da polícia grevistas não se intimidaram e conquistaram o apoio de outras categorias na sua ação. Depois de dias tentando negociações pacíficas e regimentais com o patronato e dada a intransigência desses últimos, os vigilantes entraram em greve, numa demonstração de firmeza e unidade organizaram uma passeata pelo centro de Maceió, organizaram piquetes nos locais de concentração, e fizeram paralisar 100% da categoria inclusive no Banco do Brasil<sup>29</sup>.

Diante da prisão de dois dirigentes grevistas, a resposta da categoria em greve foi redobrar a combatividade e o nível de organização. Enquanto as negociações prosseguiram, os bancos e outras organizações dependentes do trabalho de segurança dos vigilantes permaneciam fechados. Segundo a matéria, em menos de 20 horas de greve, o patronato cedeu e concedeu 75% de reajuste sobre os salários vigentes em fevereiro. Mais o pagamento de 30% por horas extras após oito horas de trabalho; fardamento gratuito e

---

<sup>27</sup> “Na Bahia, em Alagoas e Brasília, em todo o país os trabalhadores unidos” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 327, 19/12/1986 a 08/01/1987, p. 11.

<sup>28</sup> *Idem*.

<sup>29</sup> “Luta vitoriosa dos vigilantes de Maceió” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 335, 06/03/1987 a 12/03/1987, p. 8.

reconhecimento oficial da data-base a partir de 1º de março do corrente ano. A greve dos vigilantes contou com o apoio decisivo da CGT e do Sindicato dos Bancários e da CUT.

Um grande número de pequenas greves envolvendo variadas categorias, como os estudantes, os eletricitários, e trabalhadores do porto, estouraram ao longo de 1987. O ponto alto dessas manifestações viria no dia 20 de agosto, em mais uma greve geral nacional organizada pela CGT e pela CUT. Em Alagoas, aderiram à greve os comerciários, condutores, urbanitários, bancários, professores, as categorias ligadas à saúde pública e estudantes. No final da tarde aconteceu uma manifestação no centro de Maceió, com uma participação estimada de 3 a 4 mil pessoas, incluindo professores estaduais que encerravam o seu congresso naquele dia<sup>30</sup>.

Nesta mesma matéria, a *Voz da Unidade* afirma que em algumas cidades, como Porto Alegre, São Luís, Maceió e Rio Branco, a greve geral convocada pela CGT e a CUT foi considerada um sucesso pela direção das duas entidades, que registrou paralisações parciais em Fortaleza, Brasília e Salvador. Mas em São Paulo e no Rio de Janeiro, apesar da adesão de algumas categorias importantes, a greve geral não ocorreu.

Na edição seguinte, há uma melhor caracterização do desenrolar dos eventos em Alagoas na jornada do dia 20 de agosto. O balanço da greve feito pelo comando geral, apontou resultado positivo. A CGT, a CUT, outras entidades dos trabalhadores, com apoio de partidos políticos, do movimento estudantil e entidades da sociedade civil encaminharam a greve, que foi considerada vitoriosa em Alagoas porque “o Estado, dominado pelo latifúndio e pelo poder econômico concentrado, procura inibir e até proibir as reivindicações populares”<sup>31</sup>.

A rede bancária estadual não funcionou e o comércio praticamente não abriu e as lojas que insistiram em ficar abertas na parte da tarde, no centro da capital alagoana, não tinham compradores. A repressão do aparato de segurança foi aguda, com a Polícia Militar prendendo 16 lideranças, que foram ouvidas na Polícia Federal e liberadas no começo da tarde. Às 16 horas, foi realizado ato público em frente à Assembleia Legislativa do Estado.

---

<sup>30</sup> “Muitos protestos e paralisações na jornada do dia 20” *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 359, 21/08/1987 a 27/08/1987, p. 20.

<sup>31</sup> “Em Alagoas movimento foi bem-sucedido” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº 360, 28/08/1987 a 03/09/1987, p. 10-11.

De acordo com o articulista, o governador Fernando Collor, que na véspera da greve recebera comissão integrada por CUT, CGT, PCB e PCdoB, comprometeu-se que não haveria repressão, entretanto, viajou no dia da greve geral e sua polícia bateu e prendeu lideranças, inclusive Ênio Lins, presidente do PCdoB, que faz parte do Conselho Político do Governo de Alagoas.

A matéria conclui afirmando que o PCB alagoano participou ativamente nas mobilizações e apoio a greve geral. Ao lado dos trabalhadores e de outros partidos, militantes e dirigentes comunistas reforçaram os chamados arrastões para fechar as lojas no centro da cidade. O dirigente estadual Geraldo Majella e o vereador Freitas Neto, do PCB, falaram em nome do Partido, juntamente com outras agremiações políticas e parlamentares, destacando-se entre outros o deputado federal Eduardo Bonfim, do PCdoB, deputados estaduais Sabino Romariz e Manoel Lins Pinheiro, ambos do PDT, João Neto, do PSB, Euclides Mello, do PMDB, e vereadores Edberto Ticianelli e Jarede Vianna, do PCdoB.

Concordamos com Marco Aurélio Santana quando este aponta que os anos 1980 tornaram-se o palco de uma série de movimentações grevistas, consolidando-se a ascensão do movimento sindical brasileiro:

A pujança dos movimentos ocorridos na década de 1980 estampa-se nas mais de 6.500 greves que podem ser contabilizadas ao longo daqueles anos. Nesses termos, o movimento sindical brasileiro foi se consolidando como elemento importante não só na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também em sua inserção nas definições do processo de transição democrática então em curso, em uma trajetória que não se fez sem dilemas e percalços (SANTANA, 2010, Op. cit., p. 299).

Na contracorrente desse movimento temos o PCB se debatendo numa série de impasses quanto ao lugar que aspirava ocupar – e o que ocupava de fato no movimento dos trabalhadores brasileiros. Os debates conflitantes nas páginas da *Voz da Unidade* pareciam pôr em xeque a mensagem propalada pela instância dirigente, da perene “linha acertada e correta” seguida pelo Partido. Em Alagoas, as coisas caminhavam de uma forma diferente, para pior, dado a pouca capacidade de influir nas lutas dos trabalhadores.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

ANTUNES, Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COSTA, Rodrigo José. Trabalhadores, greves, campanhas e repressão em Alagoas (1961-1964)” In: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013, p. 125-144.

MAJELLA, Geraldo de. *Um jornalista em defesa da liberdade*. Recife: Bagaço, 2014.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, 2012.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Tendências políticas na formação das centrais sindicais In: BOITO Jr., Armando [et. al.]. *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990 In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v. 4)

SANTANA, Marco Aurélio e ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo do Brasil*. Volume 6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SILVA, Fabrício Pereira. *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.